IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

CNPJ Nº 09.541.336/0001-36
NIRE Nº 42 3 0003373-1

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 – Agronômica – Florianópolis – SC – CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração de Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva ou Companhia) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Ibitiúva é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) criada para construir e gerenciar o projeto e a operação da Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética (UTE Ibitiúva ou Usina). A Usina possui capacidade instalada de 33 MW e energia assegurada de 20 MW médios, utilizando como combustível o bagaço resultante do processamento da cana-de-açúcar na unidade produtora de açúcar e etanol da Usina Andrade Açúcar e Álcool.

A autorização para a Usina foi outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em favor do Consórcio Andrade (Consórcio). O Consórcio, do qual a Ibitiúva e a Andrade Açúcar e Álcool S.A. (Andrade Açúcar e Álcool) participam com 72,90% e 27,10%, respectivamente, foi criado para a implantação e operação da UTE Ibitiúva.

O Consórcio vendeu 20 MW médios de energia no primeiro leilão de energia de reserva promovido pela Aneel. O referido leilão foi realizado em 14 de agosto de 2008 e garantiu ao empreendimento a venda de energia por um período de 15 anos, a partir de abril de 2010.

A operação comercial da UTE Ibitiúva foi iniciada em 27 de maio de 2010. A Usina está localizada no município de Pitangueiras, que dista aproximadamente 60 km de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

A Ibitiúva não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta Tractebel Energia S.A. (Tractebel Energia), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

2. Controle Acionário

O controle acionário da Companhia é exercido pela Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP), uma *holding* controlada da Tractebel Energia, que participa com 95% do capital integralizado da Companhia. A Andrade Açúcar e Álcool detêm os demais 5% do capital da Ibitiúva.

A Tractebel Energia é a maior companhia privada geradora de energia elétrica do Brasil. Desde 1998, ano em que começou a atuar no país, dedica-se à implantação e operação de usinas geradoras de energia, incluindo a obtenção de concessões de hidrelétricas por meio de leilões realizados pelo Governo e de autorizações para viabilização de usinas termelétricas, pequenas centrais elétricas e parques eólicos.

A Andrade Açúcar e Álcool é proprietária de uma unidade produtora de açúcar e álcool com capacidade de processamento de 3.000.000 (três milhões) de toneladas de cana-de-açúcar por ano.

3. Ambiente Macroeconômico

Em 2013, a recuperação da economia mundial manteve-se em ritmo moderado, sendo o crescimento alavancado pelas economias avançadas, principalmente EUA, alguns países da zona do euro, além da China. As economias emergentes, por sua vez, e entre elas a economia brasileira, apresentaram alta volatilidade como reflexo das incertezas associadas à solidez dessas economias e sua dependência de fatores externos.

Nesse cenário, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2013, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 2,30%, superior ao 0,9% obtido em 2012.

4. Desempenho Operacional

Em 2013, a geração total bruta da UTE Ibitiúva Bioenergética foi de 195,8 GWh, superando em 9,9% a geração verificada em 2012, que foi de 178,2 GWh.

O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 88,4%, 3,0 p.p. acima do verificado em 2012, ano em que registrou 85,4%. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global em 2013 foi de 69,1%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2013	2012	Variação
Receita líquida de vendas	24.599	21.402	14,9%
Lucro bruto	14.686	13.324	10,2%
Margem Bruta	57,5%	60,0%	- 2,5 p.p.
Resultado do serviço (EBIT)[1]	14.279	12.936	10,4%
EBITDA (Lajida)[2]	20.587	19.188	7,3%
Margem EBITDA (Lajida)	83,7%	89,7%	- 6,0 p.p.
Resultado financeiro	(897)	(2.981)	69,9%
Lucro líquido do exercício	11.746	8.518	37,9%

[1] Resultado do serviço (EBIT): lucro operacional + resultado financeiro;

[2] EBITDA (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + despesas financeiras, líquidas + depreciação e amortização.

b) Comentário sobre as principais variações

A receita líquida de vendas relativa ao exercício findo em 31.12.2012 sofreu uma redução de R$ 1.875 em decorrência da indisponibilidade de fornecimento de energia de cerca de 10% da quantidade estabelecida no Contrato de Energia de Reserva (CER), cujo ônus foi arcado pela Ibitiúva. Desconsiderando-se o mencionado efeito, a elevação da receita líquida de vendas teria sido de 5,7%, correspondente, substancialmente, à variação do índice de inflação que reajusta o contrato de venda de energia.

O custo de venda de energia aumentou 22,7% em razão, principalmente, da contratação de novos serviços de manutenção da torre de resfriamento, dos dijuntores e dos painéis elétricos; de elaboração de projeto para a construção de nova chaminé; e do reconhecimento de ressarcimento de indisponibilidade de energia elétrica em decorrência do não fornecimento de energia nos termos do Contrato de Energia de Reserva. Além disso, houve a elevação da aquisição e comsumo de materiais vinculados à prestação dos serviços de manutenção anteriormente citados.

O resultado financeiro (despesa financeira, líquida) reduziu em função das amortizações do financiamento com o BNDES e da quitação do mútuo passivo com a controladora indireta Tractebel Energia.

As elevações do Resultado do serviço, do EBITDA e do lucro líquido do exercício são consequências das explicações das variações das contas retro mencionadas.

6. Direito dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

Os auditores independentes da Companhia, a KPMG Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2013.

8. Agradecimentos

A Administração de Ibitiúva agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2013.

A Administração

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.

CNPJ nº 09.541.336/0001-36 | NIRE nº 42 3 0003373-1

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2013	31.12.2012
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.472	11.353
Contas a receber de clientes	5	2.155	2.027
Penalidade a ressarcir	6	942	-
Estoques		634	860
Impostos e contribuições sociais a recuperar		-	175
Outros ativos circulantes		62	118
		24.265	**14.533**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos vinculados	7	4.598	4.296
Depósitos judiciais		7	4
Mútuo com partes relacionadas	8	16.253	16.534
		20.858	**20.834**
Imobilizado	9	**81.285**	**86.836**
Intangível		**469**	**599**
		102.612	**108.269**
TOTAL		**126.877**	**122.802**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.

CNPJ nº 09.541.336/0001-36 | NIRE nº 42 3 0003373-1

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2013	31.12.2012
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	10	2.500	2.768
Financiamento	11	7.902	7.133
Dividendos	12	7.093	5.977
Adiantamento de cliente		-	1.946
Impostos e contribuições sociais a pagar		442	7
Penalidade a pagar	6	1.903	-
Outros passivos circulantes		4	7
		19.844	**17.838**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Financiamento	11	43.148	51.709
		43.148	**51.709**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social integralizado	12	38.501	38.501
Reservas de lucros		25.384	14.754
		63.885	**53.255**
TOTAL		**126.877**	**122.802**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.

CNPJ nº 09.541.336/0001-36 | NIRE nº 42 3 0003373-1

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2013	31.12.2012
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	14	**24.599**	**21.402**
CUSTOS DA VENDA DE ENERGIA			
Pessoal		(291)	(238)
Serviços de terceiros		(868)	(540)
Materiais		(714)	(495)
Encargos de uso de rede elétrica e conexão		(207)	(268)
Transações no âmbito da CCEE		(276)	(4)
Taxa de fiscalização		(47)	(50)
Depreciação e amortização		(6.308)	(6.252)
Ressarcimento de indisponibilidade		(961)	-
Outros		(241)	(231)
		(9.913)	**(8.078)**
LUCRO BRUTO		**14.686**	**13.324**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas			
Serviços de terceiros		(342)	(354)
Outras despesas operacionais, líquidas		(65)	(34)
		(407)	**(388)**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**14.279**	**12.936**
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		1.212	1.079
Variação monetária ativa sobre mútuo	8	958	901
Juros sobre financiamento	11	(3.151)	(3.814)
Juros e variação monetária passiva sobre mútuo		-	(444)
Impostos sobre operações financeiras		-	(885)
Outras receitas financeiras, líquidas		84	182
		(897)	**(2.981)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**13.382**	**9.955**
Imposto de renda	13	(1.129)	(992)
Contribuição social	13	(507)	(445)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**11.746**	**8.518**

A Companhia não possui resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração específica.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.
CNPJ nº 09.541.336/0001-36 | NIRE nº 42 3 0003373-1
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais)

				RESERVAS DE LUCROS			
	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A INTEGRALIZAR	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2011	**20**	**(7)**	**38.488**	**611**	**6.434**	**-**	**45.546**
Integralização de capital	38.488	-	(38.488)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	8.518	8.518
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	-	-	426	-	(426)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(809)	(809)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	7.283	(7.283)	-
SALDOS EM 31.12.2012	**38.508**	**(7)**	**-**	**1.037**	**13.717**	**-**	**53.255**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	11.746	11.746
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	-	-	587	-	(587)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(1.116)	(1.116)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	10.043	(10.043)	-
SALDOS EM 31.12.2013	**38.508**	**(7)**	**-**	**1.624**	**23.760**	**-**	**63.885**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.

CNPJ nº 09.541.336/0001-36 | NIRE nº 42 3 0003373-1

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais)

	31.12.2013	31.12.2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	13.382	9.955
Ajustes para conciliar o lucro antes dos tributos ao caixa gerado pelas operações:		
Depreciação e amortização	6.306	6.252
Juros sobre financiamento	3.151	3.814
Juros e variação monetária sobre mútuo	-	444
Variação monetária ativa sobre mútuo	(958)	(901)
Juros sobre cauções e depósitos vinculados/judiciais	(321)	(306)
Outros	51	-
Lucro ajustado	**21.611**	**19.258**
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(128)	(66)
Penalidade a ressarcir	(942)	-
Impostos e contribuições sociais a recuperar	(210)	207
Estoques	226	(480)
Outros ativos circulantes	64	(14)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(16)	427
Penalidade a pagar	1.903	-
Impostos e contribuições sociais a pagar	287	(280)
Adiantamentos de clientes	(1.946)	1.946
Outros passivos circulantes	(2)	(4)
Caixa gerado pelas operações	**20.847**	**20.994**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.103)	(1.558)
Pagamento de juros sobre financiamento	(3.139)	(3.839)
	(4.242)	**(5.397)**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**16.605**	**15.597**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado	(929)	(1.576)
Aplicação no intangível	-	(85)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(929)**	**(1.661)**

Continua na próxima página

	31.12.2013	31.12.2012
Atividades de financiamento		
Pagamentos de financiamento	(7.804)	(7.804)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	8	(47)
Mútuo com partes relacionadas	1.239	(6.158)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(6.557)**	**(14.009)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**9.119**	**(73)**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	11.353	11.426
Saldo final	20.472	11.353
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**9.119**	**(73)**

Informações complementares à Demonstração dos fluxos de caixa

Transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa	**31.12.2013**	**31.12.2012**
Dividendos propostos	1.116	809
Fornecedores de ativo imobilizado	367	619
Imposto de renda e contribuição social compensados	385	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.

CNPJ nº 09.541.336/0001-36 | NIRE nº 42 3 0003373-1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Ibitiúva Bioenergética S.A. ("Ibitiúva" ou "Companhia"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 28.04.2008, com prazo de duração indeterminado, e tem como objeto social construir, operar e manter unidades de geração para produção de energia elétrica, gerar créditos de carbono, participar no capital de outras Companhias, quer como acionista ou sócia, e celebrar atos de comércio decorrentes dessas atividades.

A Companhia e a Andrade Açúcar e Álcool participam do Consórcio Andrade com 72,9% e 27,1%, respectivamente. O Consórcio foi constituído visando à implantação, manutenção e exploração comercial conjunta da Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética (UTE Ibitiúva ou Usina).

O Consórcio Andrade vendeu 20 MW[1] médios de energia elétrica gerada pela UTE Ibitiúva, dos quais, 14,58 MW médios, equivalentes à sua participação no Consórcio, pertencem à Ibitiúva. O contrato de venda tem duração de 15 anos, iniciados em abril de 2010. O Consórcio Andrade tem o prazo de vigência até a data final de fornecimento de energia de reserva vendida no respectivo leilão.

A UTE Ibitiúva, localizada no município de Pitangueiras, no estado de São Paulo, tem capacidade instalada de 33 MW e energia assegurada de 20 MW médios, e utiliza como combustível o bagaço resultante do processamento da cana-de-açúcar na unidade produtora de açúcar e etanol Andrade. O início da operação comercial da Usina ocorreu em 27.05.2010.

A Ibitiúva não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta Tractebel Energia, que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na usina.

Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013

A Medida Provisória (MP) 627/13, que altera a legislação tributária, entrará em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada a partir do ano-calendário de 2014.

A Administração, baseada em análises preliminares, entende que não haverá elevação de carga tributária em relação à legislação vigente e aguarda a votação das propostas de emendas pelo Congresso Nacional para decidir quanto à sua adoção antecipada.

[1] As informações não financeiras contidas nestas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outras não são examinadas pelos auditores independentes.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A moeda funcional da Companhia é o real.

Na elaboração das demonstrações contábeis foi utilizado o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável. A Administração também se baseou em estimativas para registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação em notas explicativas.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela diretoria executiva em 31.03.2014.

3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Ativos financeiros

a.1) Caixa e equivalente de caixa

São mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e são compostos pelo caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata sem risco significativo de mudança de valor de mercado.

a.2) Contas a receber

São registradas inicialmente pelo valor da venda e posteriormente pelo custo amortizado. A Companhia não possui provisão para créditos de liquidação duvidosa em razão de não haver inadimplência.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. Inicialmente são contabilizados pelo valor depositado e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações do valor justo são reconhecidas no resultado quando auferidas.

b) Imobilizado

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção. Os juros decorrentes do financiamento obtido de terceiro, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, foram computados como custo do respectivo imobilizado.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel - as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens - limitadas ao prazo de vigência do Consórcio Andrade, visto que nessa data os ativos serão transferidos de forma não onerosa à Andrade Açúcar e Álcool.

Avaliação do valor de recuperação do imobilizado

A Companhia avalia periodicamente os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis dessa unidade geradora de caixa, ou, ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

De acordo com a avaliação da Companhia não há qualquer indicativo de que os valores contábeis da sua unidade geradora de caixa não serão recuperados através de suas operações futuras.

c) Passivos financeiros

Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações, e posteriormente mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

d) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridas.

e) Reconhecimento da receita de venda de energia

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma.

f) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou determinadas premissas e julgamento decorrentes de experiência histórica e outros fatores que considera como razoáveis e relevantes. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados em função de variáveis, premissas ou condições diferentes.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando o Regime Tributário de Transição (RTT), e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.
Em função da expectativa futura de mudança de regime tributário a Companhia não constitui imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2013	31.12.2012
Caixa e depósitos bancários à vista	**52**	**142**
Citibank – Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa		
Operações compromissadas com Títulos Públicos Federais [2]		
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	1.711	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	18.709	11.211
	20.420	**11.211**
	20.472	**11.353**

5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Refere-se a valores vincendos a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), decorrentes da venda de energia no âmbito do leilão de reserva. Esses valores são faturados mensalmente e recebidos em parcelas iguais no prazo de 20, 30 e 40 dias após o mês de competência do faturamento.

6 – PENALIDADE A RESSARCIR

Refere-se ao montante líquido a receber da Andrade Açúcar e Álcool pelo ressarcimento da indisponibilidade do fornecimento de energia durante os exercícios de 2010 e 2013 em quantidade equivalente a 10% do compromisso estabelecido no Contrato de Energia de Reserva (CER). A referida indisponibilidade de energia foi motivada pelo atraso no cronograma de realização das obras pela Ibitiúva no ano de 2010 e pela insuficiência de insumo fornecido pela Andrade Açúcar e Álcool em 2013, que resultaram na geração de energia aquém do estabelecido no CER.

Conforme o contrato de consórcio, na hipótese do empreendimento deixar de fornecer a quantidade de energia elétrica devida nos termos do CER, as partes responsáveis deverão ressarcir as penalidade eventualmente aplicadas ao Consórcio ou à Ibitiúva pela indisponibilidade de energia elétrica.

A penalidade devida à CCEE relativa ao ano de 2013 será paga no mês de abril de 2014 e está registrada no passivo circulante na rubrica "Penalidade a pagar".

7 –DEPÓSITOS VINCULADOS

Refere-se ao valor aplicado em conta reserva para garantir o pagamento dos serviços da dívida, em cumprimento às exigências contidas no contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os valores estão aplicados em Certificado de Depósito Bancário (CDB) do banco Itaú Unibanco Holding S.A..

[2] São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

8 – MÚTUO COM PARTES RELACIONADAS

Refere-se ao contrato firmado entre a Ibitiúva e a Andrade Açúcar e Álcool, para que esta pudesse investir na aquisição de equipamentos, máquinas e instalações, bem como a execução das obras e serviços necessários à melhoria da eficiência do processo produtivo da usina de açúcar e álcool, com o objetivo específico de garantir o suprimento à UTE Ibitiúva da quantidade de insumos exigida nos termos do Contrato do Consórcio Andrade.

O valor vem sendo quitado em parcelas mensais e consecutivas, durante a vigência do Contrato de Energia de Reserva (CER), de junho de 2010 a maio de 2025, no valor equivalente a 3,85% do total das receitas provenientes da venda da energia elétrica gerada pelo Empreendimento, calculado com base no preço original de venda da energia. O contrato prevê a atualização anual do saldo credor pela variação do IPCA, medido pelo IBGE.

a) Mutação:

Saldo em 31.12.2011	**16.900**
Variação monetária	901
Recebimento	(1.267)
Saldo em 31.12.2012	**16.534**
Variação monetária	958
Recebimento	(1.239)
Saldo em 31.12.2013	**16.253**

9 – IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2013			31.12.2012
	Taxa média anual de depreciação %	**Custo corrigido**	**Depreciação acumulada**	**Valor líquido**	**Valor líquido**
Em serviço					
Edificações e benfeitorias	6,36	11.674	(3.982)	7.692	11.992
Máquinas e equipamentos	6,36	91.683	(18.208)	73.475	74.349
Móveis e utensílios	10,00	75	(13)	62	36
		103.432	**(22.203)**	**81.229**	**86.377**
Em curso		**56**	**-**	**56**	**459**
		103.488	**(22.203)**	**81.285**	**86.836**

b) Mutação

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 31.12.2011	**12.839**	**77.368**	**31**	**1.328**	**91.566**
Ingressos	-	-	-	1.470	1.470
Transferências	(146)	2.476	9	(2.339)	-
Depreciação	(701)	(5.495)	(4)	-	(6.200)
Saldos em 31.12.2012	**11.992**	**74.349**	**36**	**459**	**86.836**
Ingressos	-	-	-	753	753
Transferências	(3.595)	4.720	31	(1.156)	-
Depreciação	(705)	(5.543)	(5)	-	(6.253)
Baixa	-	(51)	-	-	(51)
Saldos em 31.12.2013	**7.692**	**73.475**	**62**	**56**	**81.285**

c) Autorização do órgão regulador

O Consórcio Andrade é detentor da autorização para geração de energia elétrica da UTE Ibitiúva com vigência até 04.04.2030.

10 – FORNECEDORES

	31.12.2013	31.12.2012
Materiais e serviços	1.921	2.117
Fornecedores de ativo imobilizado	367	619
Encargos de uso da rede elétrica	23	32
Transações no âmbito da CCEE	189	-
	2.500	**2.768**

11 – FINANCIAMENTOS

a) Composição

	31.12.2013			31.12.2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES						
Subcréditos "A" e "C"						
Principal	3.575	21.756	25.331	2.937	25.970	28.907
Encargos	72	-	72	78	-	78
	3.647	**21.756**	**25.403**	**3.015**	**25.970**	**28.985**
Subcrédito "B"						
Principal	4.208	21.392	25.600	4.068	25.739	29.807
Encargos	47	-	47	50	-	50
	4.255	**21.392**	**25.647**	**4.118**	**25.739**	**29.857**
	7.902	**43.148**	**51.050**	**7.133**	**51.709**	**58.842**

b) Mutação dos financiamentos

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2011	**7.179**	**59.492**	**66.671**
Juros	3.794	20	3.814
Transferências	7.803	(7.803)	-
Amortização do principal	(7.804)	-	(7.804)
Pagamento dos juros	(3.839)	-	(3.839)
Saldos em 31.12.2012	**7.133**	**51.709**	**58.842**
Juros	3.151	-	3.151
Transferências	8.561	(8.561)	-
Amortização do principal	(7.804)	-	(7.804)
Pagamento dos juros	(3.139)	-	(3.139)
Saldos em 31.12.2013	**7.902**	**43.148**	**51.050**

c) Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante

Ano	Valor
2015	7.804
2016	7.804
2017	7.804
2018	7.804
2019	7.804
2020 a 2021	4.235
	43.148

d) Condições contratadas

		Condições de pagamento	
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos
BNDES – Subcrédito "A"e "C"	TJLP + 2,05% a.a. [(a)]	01.2021	Mensais
BNDES – Subcrédito "B"	4,5% a.a.	01.2020	Mensais

[(a)] O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.

e) Garantias

As garantias contratadas são as seguintes: (i) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (ii) totalidade das ações representativas do capital social; (iii) recebíveis e conta reserva; e (iv) fiança corporativa da controladora indireta Tractebel Energia.

f) Compromissos contratuais *(covenants)*

A Companhia está cumprindo os *covenants* estabelecidos no contrato, quais sejam:

(i) Índice de Endividamento Geral ≤ 0,80; e
(ii) Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3.

12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito da Companhia, em 31.12.2013 e 31.12.2012, é de R$ 38.508, representado por 38.508.009 ações, sem valor nominal.

A composição do capital social em 31.12.2013 é a seguinte:

	Capital social			Quantidade de ações (Mil)	
Acionistas	**Subscrito**	**Integralizado**	**A integralizar**	**Subscritas**	**Integralizadas**
TBLP	36.583	(36.576)	7	36.583	36.576
Andrade Açúcar e Álcool	1.925	(1.925)	-	1.925	1.925
	38.508	**(38.501)**	**7**	**38.508**	**38.501**

b) Reservas de lucros

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

b.2) Reservas de retenção de lucros

A reserva foi constituída para fazer frente aos compromissos financeiros futuros da Companhia.

c) Dividendos

A política de dividendos da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório de 10% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades Anônimas.

Em 31.12.2013, a Companhia propôs a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$ 1.116.

13 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

	31.12.2013		31.12.2012	
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**
Receita operacional bruta	25.532	25.532	22.210	22.210
Alíquotas	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	**2.043**	**3.064**	**1.777**	**2.665**
Receita financeira	2.567	2.567	2.286	2.286
Base de cálculo	**4.610**	**5.631**	**4.063**	**4.951**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**1.153**	**507**	**1.016**	**445**
Adicional de 10% sobre lucro até R$ 20 mensais	(24)	-	(24)	-
Imposto de renda e contribuição social - resultado	**1.129**	**507**	**992**	**445**

14 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em atendimento às exigências do CPC 30 - Receitas, a tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de vendas:

	31.12.2013	**31.12.2012**
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento de energia elétrica	25.532	22.198
Transações no âmbito da CCEE	-	12
	25.532	**22.210**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
Pis e Cofins	933	808
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**24.599**	**21.402**

15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO

a) Gestão de risco

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos da sua controladora indireta Tractebel Energia. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

Risco de mercado

O gerenciamento deste risco é realizado pelo comitê da Tractebel Energia, cujo objetivo é proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros e índices de preços. No exercício de 2013 não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual administra e mensura esses riscos.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são os seguintes:

- Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos, conforme previsto na "Política de Investimentos e Derivativos" adotada por sua controladora indireta, Tractebel Energia. As aplicações financeiras obedecem à alocação de no mínimo 90% dos recursos em Títulos Públicos Federais e no máximo 10% dos recursos em Títulos Privados. Os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos em decorrência de uma eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

- Risco de taxa de juros e índices flutuantes

Este risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos. A Companhia está exposta à taxa de juros relacionados às variações da TJLP. O saldo da dívida com essa característica em 31.12.2013 é de R$ 25.403.

Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes

De acordo com a análise de sensibilidade preparada pela Companhia, para cada 1,25 p.p de aumento da TJLP, os juros anuais da Companhia seriam elevados em R$ 672.

- Risco de crédito

Nas operações de aplicação no mercado financeiro, a Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras, que é revisada pelo Comitê Financeiro da Tractebel Energia, com base em critérios internos e em *ratings* divulgados pelas agências classificadoras de risco.

- Risco de liquidez

A Companhia, no intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, utiliza a política de caixa mínimo, revisado anualmente com base nas projeções de caixa e monitorado mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

As aplicações financeiras correspondem substancialmente aos recursos no fundo de investimento exclusivo de Renda Fixa. O valor justo desse instrumento está avaliado pelos preços cotados dos títulos públicos que compõem esse fundo em mercado ativo (Nível I).

b) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

O valor contábil do financiamento com o BNDES corresponde ao valor justo desse instrumento para empreendimentos equivalentes. A Companhia não detém contrato de troca de índices ou moeda (*swaps*) ou que envolva operações com derivativos. Os instrumentos financeiros, disponibilidades e contas a receber e a pagar estão registrados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos ou encargos incorridos, os quais se aproximam dos valores de mercado.

16 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Contratos de mútuo

A Companhia possui contrato de mútuo com o acionista minoritário Andrade Açúcar e Álcool, conforme descrito na Nota 8.

b) Prestação de serviços administrativos

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta Tractebel Energia, por prazo determinado, renovável a cada 4 anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros.

Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC). No ano de 2013 a despesa reconhecida pela Companhia decorrente desse contrato foi de R$ 301 (R$ 277 em 2012).

17 – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Venda de energia

A Companhia vendeu no 1º Leilão de Energia de Reserva, através do Consórcio Andrade, 14,6 MW médios, correspondentes a sua participação na energia assegurada da UTE Ibitiúva Bioenergética. O saldo remanescente da parcela da Ibitiúva é de R$ 288.793 (R$ 297.907 em 31.12.2012).

b) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

A Companhia, por não ser conectada diretamente à rede básica, firmou, em 26.04.2010, um contrato de uso do sistema de distribuição com a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista). O contrato tem vigência até a data da extinção da autorização da unidade geradora em 04.04.2030. O saldo remanescente do contrato em 31.12.2013, até o final do contrato de consórcio, em abril de 2025, é de R$ 3.254 (R$ 4.589 em 2012).

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro 2013, da Ibitiúva Bioenergética S.A.).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Presidente

José Carlos Cauduro Minuzzo
Conselheiro

Jacyr da Silva Costa Filho
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor Presidente

Marcelo Cardoso Malta
Diretor Administrativo e Financeiro

Artur Roberto Frota Ellwanger
Diretor Técnico-Operacional

CONTADOR

Luiz Francisco da Silva Eibs
CRC SC 15196/O

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da
Ibitiúva Bioenergética S.A.
Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da Ibitiúva Bioenergética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ibitiúva Bioenergética S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Florianópolis, 31 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8



Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1